

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a “Aquisição de Software para Transcrição Automática de ficheiros de Áudio, Gestão e Edição do Texto Transcrito”.

Cláusula 2ª

Contrato

É obrigatória a redução do contrato a escrito se a ele houver lugar.

Cláusula 3ª

Prazo de vigência do contrato

O contrato inicia a sua vigência após a sua assinatura e prolonga-se pelo prazo necessário estipulado para a sua execução. Findo este prazo, a relação contratual extingue-se, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias tais como o dever de sigilo e o período de garantia dos serviços adquiridos.

Cláusula 4ª

Preço Contratual

1. Pelo presente contrato, de acordo com as condições previstas no presente Caderno de Encargos, o Município de Anadia dispõe-se a pagar o valor máximo de € 10.500,00 (dez mil e quinhentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. Todas as despesas e custos inerentes ao objeto deste contrato são da responsabilidade do adjudicatário, conforme os nºs 1 e 2 do Art.º 97º do CCP.

Cláusula 5ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Anadia, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas após atestada a conformidade da solução apresentada e a receção da respetiva fatura, num prazo de 30 dias.

2. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer ou dos serviços a prestar.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Anadia, quanto aos valores indicados na fatura, deverá este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 6ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- a) Fornecer, instalar e configurar num servidor propriedade do Município, um software servidor com licença definitiva/permanente que permita efetuar a transcrição automática de ficheiros áudio para texto em língua portuguesa (europeia);
- b) Fornecer, instalar e configurar num servidor propriedade do Município, um software de gestão central com licença definitiva/permanente que permita efetuar a gestão das transcrições de áudio efetuadas, edição de texto e indexação do áudio ao texto produzido e gestão dos utilizadores do sistema;
- c) Formação dos vários tipos utilizadores, dos quais se incluem administrador, utilizadores comuns e equipa do Serviço de Tecnologias da informação e informática (STII);
- d) Fornecimento do serviço de manutenção e suporte técnico por um período de 3 anos (contados a partir da conclusão configuração e entrada em produção do sistema, confirmado pelo N/ administrador da aplicação), e inclui o acesso e instalação de atualizações totais do sistema (motor e interface), atualizações dos modelos, suporte técnico por telefone, email ou chat disponível no período normal de funcionamento do Município de Anadia, 8:30 às 18:00 de segunda a sexta-feira.

Cláusula 7ª

Outras obrigações do adjudicatário

Complementando o disposto na cláusula anterior, o adjudicatário fica ainda obrigado a:

- a) Entregar todos os bens e/ou serviços nas instalações do Município de Anadia em horário normal de trabalho;

- b) Apresentar comprovativos das garantias dos produtos a fornecer;
- c) Apresentar comprovativos do licenciamento do software de produtividade fornecido.

Cláusula 8ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo vigorará até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9ª

Penalidades contratuais

1. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Anadia poderá exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária numa percentagem relativamente ao valor contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento e consequente cálculo da percentagem referida no ponto anterior, o Município de Anadia terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Anadia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10ª

Casos fortuitos e de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, a verificação dos requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrações injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário dos deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais por parte do adjudicatário;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de forças maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 12ª

Responsabilidade

1. O adjudicatário responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Anadia, seus trabalhadores ou agentes, operadores ou terceiros, em consequência da prestação do serviço em causa.
2. Se o Município de Anadia assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente Caderno de Encargos são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo à autarquia o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.
3. O Município de Anadia não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovadamente imputada ao Município de Anadia.

Cláusula 13ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 14ª

Legislação aplicável

Em tudo quanto estiver omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua

redação atual, bem como no Código do Procedimento Administrativo e na demais legislação portuguesa aplicável.